

● Nacional

POLÍTICA ECONÔMICA

Economia - Brasil

Há consenso sobre juros, diz Delfim

por Celso Pinto
de Brasília

A desvinculação do custo dos empréstimos externos dos internos, como condição para baixa dos juros, "é uma questão de aritmética, e em questão de aritmética há consenso", afirmou ontem o ministro do Planejamento, Delfim Netto.

As dúvidas do governo, portanto, não seriam em torno deste princípio — ao contrário do que sugerem alguns técnicos da área econômica, que indicam uma relutância do Banco Central e da Fazenda em aceitar medidas mais ousadas nesta direção. Para Delfim, "existem várias alternativas em exame", mas todas dentro deste mesmo sentido geral.

O ministro previu alguma solução para os juros "antes do final de fevereiro", depois do acerto brasileiro com os bancos internacionais. "Aí, os juros vão cair para patamares trabalháveis, em torno de 15% reais", estimou.

Com o acerto necessário nos juros, estará montado o quadro básico da economia neste ano. Delfim admitiu que o governo "tem de tomar algumas providências" para desindexar a economia, evitando um efeito realimentador (o que poderia incluir, pelo que se sabe, eventuais expurgos nos cálculos do INPC). Disse, contudo, que este processo está sendo

feito "com o menor trauma possível".

O ministro não coloca a mudança na lei salarial neste contexto. Em sua análise, a "pequena mudança" na lei "não foi feita para reduzir a inflação, mas para dar estímulo às pequenas e médias empresas, tentar aumentar o nível de emprego e diminuir a rotatividade". Apenas a reintrodução, na fórmula salarial, do cálculo da inflação prospectiva poderia, segundo Delfim, ter um impacto mais forte sobre a inflação. Por esta fórmula, parte do reajuste salarial refletiria a inflação passada e outra parcela estimaria a inflação futura.

"A decisão está tomada", sentenciou o ministro, ao ser indagado sobre a possibilidade de haver alguma negociação em torno do decreto-lei na sua tramitação no Congresso, embora tenha ressaltado que "o Congresso é soberano".

Ele não considera o recurso utilizado pelo governo — o uso de um decreto-lei para alterar uma lei — como sinal de autoritarismo, "pois está previsto na Constituição".

AJUSTES

O recrudescimento inflacionário que ocorreu neste ano foi atribuído à conjugação de alguns ajustes de preços pelo governo com o excesso de chuvas na agricultura. Houve sérias perdas na produção de hortaliças e frutas, problemas de transportes de safras e especulação — e tudo isto se teria refletido com intensidade na inflação deste mês. Não haveria, contudo, problemas maiores com as safras, exceto com a de feijão. Neste caso, de toda forma, existem bons estoques em mãos do governo. "O governo," disse Delfim, "mantém suas metas para a inflação deste ano (78% em média e 70% ao final do ano)."